

# Líderes negociam a votação de emendas

A falta de quorum para votação ontem à tarde permitiu que os líderes dos partidos avançassem nas negociações sobre as emendas destacadas para o Capítulo I (Direitos e deveres individuais e coletivos) do Título II do Projeto de Constituição. Sem representantes do PDS na reunião realizada no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, as lideranças examinaram até o inciso 62 do Artigo 5º. Matéria que provocou até agora maior debate foi a manutenção dos crimes de terrorismo, tortura e tráfico de entorpecentes como inafiançáveis e insu-

retáveis de anistia.

Se hoje for registrada novamente a ausência dos parlamentares em plenário para votação, os líderes deverão manter as reuniões para negociação durante todo o dia, com possibilidade de concluir a análise do artigo 8º do Capítulo I. O critério adotado pelos líderes nesta etapa de entendimentos é de respeitar o quanto possível os acordos fechados no 1º turno. "Só estamos partindo para a reformulação destes acordos se todos os líderes perceberem que um entendimento mais abrangente pode ser alcançado. Isso não impede, entretanto, que

possamos sugerir novas fórmulas de negociação nas matérias examinadas", explica o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB/MG).

O clima nas negociações desta fase, segundo o líder do PCB, Roberto Freire, tem sido cordial, ao contrário da tensão que marcou a votação do texto-base da Constituição. "Estamos caminhando sem maiores dificuldades", garantiu. Apesar deste clima de entendimento e cordialidade, várias emendas serão disputadas no voto neste 2º turno. Veja abaixo o que foi definido até agora pelas lideranças.

02 AGO 1988

ANC 88  
Pasta 01 a 09  
Agosto/88  
025

## O QUE ESTÁ GARANTIDO

**TERRORISMO** — Os líderes decidiram aprovar emenda do deputado Ivo Lech (PMDB/RS) que remete para a lei a competência de catalogar e considerar inafiançáveis e insuscetíveis de anistia os crimes de tortura, tráfico de entorpecentes e terrorismo. Eles definiram ainda a supressão da expressão "crimes hediondos". Esta posição foi tirada a partir de um acordo parcial das lideranças, tendo sido garantido ao deputado José Genoino (PT/SP) o direito de colocar em votação emenda de sua autoria prevendo a retirada dos crimes de "terrorismo" da lista dos inafiançáveis e impossíveis de anistia.

**DIREITO DE HERANÇA** — A decisão das lideranças é pela manutenção do texto aprovado em 1º turno, garantindo o direito de herança. O PSDB, entretanto, vai marcar posição com votação de emenda da deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB/SP), pedindo a supressão do inciso 31 do Artigo 5º, referente à matéria.

**DIREITO A INFORMAÇÃO** — Tendência das lideranças é manter o texto do inciso 34 do Artigo 5º, que garante a todos o direito de receber dos órgãos públi-

cos informações de interesse particular ou coletivo, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. O Partido dos Trabalhadores defende a aprovação de emenda da deputada Ljdice da Mata (PC do B/BA), pedindo a supressão da expressão "e do Estado". Se esta emenda não for aprovada, o dispositivo pode anular o habeas-data, explica o deputado José Genoino.

**DIREITOS AUTORAIS**

— O acordo sobre esta matéria foi fechado no sentido de fundir os incisos 28 e 29 do Artigo 5º, remetendo para a legislação ordinária a regulamentação da fiscalização dos direitos autorais, garantida a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução de imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas. Será assegurado ainda aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem e que delas participarem.

**DIREITO DE PROPRIEDADE** — Esta

deverá ser uma das matérias mais polêmicas deste artigo. Os líderes não conseguiram fechar um acordo sobre sua supressão ou manutenção. Vai a voto no plenário.

**DESAPROPRIAÇÃO**

— Igualemente, esta matéria será disputada no voto emenda da deputada Cristina Tavares (PSDB/PE) pedindo a supressão da expressão "em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição". Se a emenda for aprovada, fica garantido apenas que a "lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização".

**PENHORA** — Os líderes dos partidos decidiram manter livre de penhora a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

**RACISMO** — Será mantido inalterado o texto aprovado em 1º turno que considera a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível.

**PENA DE MORTE** — Pelo acordo dos líderes, só será prevista pena de morte em casos de guerra declarada.

CORREIO BRASILENSE

## Lobby tenta manter anistia a empresas

A apreciação da anistia aos micro e pequenos empresários e aos pequenos e médios produtores rurais acontecerá somente no final do segundo turno de votação da Constituinte. Mas seus autores estão mobilizados, atuando junto aos parlamentares para manter o texto aprovado em primeiro turno. E contam até mesmo com a colaboração de um microempresário de Brasília, Sebastião Bortone. Instalado na sala da Comissão de Agricultura do Senado, Bortone vem mantendo contatos telefônicos com associações de todo o País. A idéia é organizar uma caravana a Brasília na semana anterior à votação.

Segundo o senador Manasuetto de Lavor (PMDB-PE), um dos autores da emenda, o trabalho junto aos constituintes visa a manter o texto aprovado e, se possível, a eliminar algumas restrições nele contidas, a fim de que a redação final aproxime-se da proposta original. O senador disse que os defensores da anistia prevista no projeto não têm recursos materiais para sustentar durante um mês uma campanha de informações que conteste a "campanha negativa do Governo", e o único espaço de que dispõe é o Diário da Constituinte:

— Faremos um trabalho ostensivo nos oito dias que antecederem à votação. Por enquanto, há articulações nos bastidores. Estamos conversando com os 286 constituintes que votaram a favor da emenda original e com os 297 que votaram a emenda aditiva do deputado Roberto Freire.

Para Lavor, "o governo e os banqueiros quiseram jogar o povo contra os micro e pequenos empresários. Mas esta campanha começa a desmoronar. Tenho absoluta confiança na rejeição das quatro emendas supressivas".

O senador acrescentou que sobre a matéria não poderá ser feito acordo, já que não há unanimidade entre os líderes. Ele disse que voltará a conversar com as lideranças, mas que já conta com declarações favoráveis dos líderes do PDT, PSB, PDC e PL.

— Esta é uma das questões mais polêmicas e caluniadas da Constituinte. O governo pegou a emenda como bode expiatório — acrescentou.

Manasuetto defendeu a emenda, afirmando que não se trata de anistia ou calote, mas de uma questão de justiça: "A Constituinte está sanando injustiças cometidas às vítimas do Plano Cruzado?"